

**Anexo II - Termo de Responsabilidade pelo Cumprimento da Legislação Aplicável ao Projeto Arquitetônico – TAR para Alvará de Aprovação de Edificação Nova**

<b>1. IDENTIFICAÇÃO</b>	
1.1. Proprietário (ou possuidor):	
1.2. CPF/CNPJ:	
1.3. Responsável técnico pelo projeto:	
1.4. CREA/CAU:	
1.5. Endereço da obra:	

<b>2. ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO PARA ESTANDE DE VENDAS</b>		
	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
2.1. É prevista a implantação de estande de vendas no imóvel? Se 'sim', deverá ser informado no preenchimento do Requerimento <i>On Line</i> . Necessária apresentação de: <input type="checkbox"/> Declaração (Anexo I da Instrução Normativa nº 004/SEL-G/2019).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

<b>3. O ENQUADRAMENTO NO APROVA RÁPIDO IMPLICA EM RESPOSTA "NÃO" EM TODOS OS ITENS RELACIONADOS</b>		
	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
3.1. O projeto envolve Reforma, Requalificação e/ou Regularização?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.2. O projeto é modificativo de Alvará de Execução de edificação nova?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.3. O empreendimento implica no parcelamento ou reparcelamento do solo?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.4. O empreendimento é gerador de impacto de vizinhança – EGIV, sujeito à apresentação do Relatório de Impacto de Vizinhança – RIV?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.5. O empreendimento é gerador de impacto ambiental – EGIA, sujeito à apresentação do Relatório de Impacto de Ambiental – RIA?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.6. A atividade é classificada na subcategoria de uso INFRA?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.7. O empreendimento está sujeito à apresentação de Estudo de Viabilidade Ambiental - EVA, Estudo Ambiental Simplificado – EAS, Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD, Estudo/Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA e/ou Memorial de Caracterização do Empreendimento- MCE?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

<b>4. DOCUMENTOS E CONSULTAS PRÉVIAS OBRIGATÓRIAS</b>		
	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
4.1. Título de Propriedade (art. 4º da Lei nº 16.642/17): <input type="checkbox"/> Proprietário: inciso I do art. 5º do COE (documentação relacionada no item 2.1 da Portaria nº 221/SMUL-G/2017), <input type="checkbox"/> Possuidor: inciso II do art. 5º do COE (documentação relacionada no	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	art. 6º da Lei nº 16.642/17).		
4.2.	Representação do proprietário e do possuidor (item 2.2 da Portaria nº 221/SMUL-G/2017)?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.3.	Ficha técnica, contendo os dados cadastrais do imóvel, emitida por SMUL/CASE e dentro do prazo de validade de 60 dias a partir da data da emissão (caso já conste BDT no processo, assinalar opção SIM).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.4.	Altura da edificação com restrição imposta pela Aeronáutica: Necessária anuência prévia de SRPV: <input type="checkbox"/> Declaração de inexigibilidade de aprovação no COMAER, ou <input type="checkbox"/> Ofício com a anuência do COMAER quanto ao gabarito pretendido no projeto.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

<b>5. DOCUMENTOS E CONSULTAS PRÉVIAS VARIÁVEIS DE ACORDO COM O PROJETO</b>			
		<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
5.1.	Imóvel enquadrado nos termos do Art. 59 da Lei nº 16.402/16? Necessária apresentação de: <input type="checkbox"/> Escritura primitiva/contrato padrão do loteamento.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.2.	Divergência superior a 5% entre a área e/ou dimensão Real e de Escritura do terreno? Necessária apresentação de: <input type="checkbox"/> Minuta de ação de reti-ratificação protocolada no CRI.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.3.	Definição do nível do pavimento térreo em terreno com características específicas (§§3º e 4º do Art. 61 da Lei nº 16.402/16 e do Art. 12 do Decreto nº 57.286/16) ou imóvel com recalques/problemas geotécnicos (Art. 72 da Lei nº 16.402/16 e Anexo I do Decreto nº 57.521/16)? Necessária deliberação da CEUSO. Em caso afirmativo: <input type="checkbox"/> Possui PRONUNCIAMENTO emitido pela CEUSO, ou <input type="checkbox"/> Apresenta documentação exigida pela Resolução nº 131/CEUSO/2018, para análise pela Comissão no fluxo do APROVA RÁPIDO.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.4.	O projeto se utiliza do disposto no inciso II do Art. 60 da Lei nº 16.402/16 e no Art. 374 da Lei nº 16.050/14? Em caso afirmativo, necessária apresentação de: <input type="checkbox"/> Documentação comprobatória, conforme Art. 12 do Decreto nº 56.089/15, que regulamentou a Lei nº 16.050/14.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.5.	Imóvel em que incidem outras restrições, se fazendo necessária a apresentação das anuências dos órgãos competentes? <input type="checkbox"/> ENEL <input type="checkbox"/> METRÔ <input type="checkbox"/> CPTM <input type="checkbox"/> SABESP <input type="checkbox"/> Outros: .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.6.	Imóvel inserido nas Áreas de Mananciais? Necessária apresentação de: <input type="checkbox"/> Alvará de Licença emitido pela CETESB.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.7.	Imóvel em que incide preservação de patrimônio das esferas estadual e/ou federal: <input type="checkbox"/> Com parecer do CONDEPHAAT e respectivas plantas vistas, e/ou	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

<input type="checkbox"/>	Com parecer do IPHAN e respectivas plantas vistas.		
5.8.	<b>SP URBANISMO</b> Necessária apresentação de: <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Protocolo do pedido ou Certidão da referida operação,</li> <li><input type="checkbox"/> Plantas com demarcação dos melhoramentos da referida operação urbana, quando houver.</li> </ul>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.9.	O imóvel envolve a necessidade de investigação ambiental em áreas potencialmente contaminadas, suspeitas de contaminação, contaminadas e em monitoramento para encerramento? Obs.: verificar ficha técnica, São Paulo mais fácil, histórico industrial no título de propriedade ou IPTU. <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Parecer Técnico favorável ao Plano de Intervenção para Reutilização para o uso pretendido (CETESB), ou</li> <li><input type="checkbox"/> Termo de Reabilitação da área para o uso pretendido (CETESB), ou</li> <li><input type="checkbox"/> Parecer Técnico sobre Avaliação Preliminar (CETESB), ou</li> <li><input type="checkbox"/> Investigação Confirmatória (CETESB), ou</li> <li><input type="checkbox"/> Documento equivalente de SVMA/DECONT</li> </ul>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

<b>6. PARTICIPAÇÃO DE OUTRAS SECRETARIAS e/ou ÓRGÃOS MUNICIPAIS, ALÉM DA SEL (Em caso de 'SIM', marcar a opção correspondente)</b>			
		<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
6.1.1.	<b>SVMA/GTMAPP</b> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Previsão de manejo arbóreo;</li> <li><input type="checkbox"/> Presença de Área de Preservação Permanente – APP;</li> <li><input type="checkbox"/> Curso d'água natural a céu aberto: <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Dentro do lote,</li> <li><input type="checkbox"/> Próximo ao lote.</li> </ul> </li> <li><input type="checkbox"/> Curso d'água canalizado a céu aberto: <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Dentro do lote,</li> <li><input type="checkbox"/> Próximo ao lote.</li> </ul> </li> <li><input type="checkbox"/> Outros: .....</li> </ul>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.1.2.	<b>SVMA/GTAC</b> Obs. Deverá ser assinalada a interface nas seguintes hipóteses: <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Caso tenha sido apresentado documento emitido pela CETESB, ainda não avalizado pela SVMA/GTAC;</li> <li><input type="checkbox"/> Em se tratando de imóvel INCRA, caso na Ficha Técnica/BDT conste informação de que deverá ser consultada SVMA.</li> </ul>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.2.	<b>SMT/CET</b> Obs. Deverá ser assinalada a interface quando o projeto for enquadrado como Polo Gerador de Tráfego.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.3.	<b>DPH/CONPRESP</b> Obs. Deverá ser assinalada a interface quando se tratar de imóvel em área envoltória de bem tombado cuja competência de análise, segundo Resolução de tombamento, seja de SMC.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.4.	<b>SIURB/PROJ</b> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Imóvel atingido por plano de melhoramento viário aprovado por lei posterior à data de 08/11/1988;</li> <li><input type="checkbox"/> Imóvel objeto de faixa “non aedificandi”: <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Córrego canalizado</li> </ul> </li> </ul>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

<input type="checkbox"/> Galerias internas ao lote <input type="checkbox"/> Galerias lindeiras ao lote <input type="checkbox"/> Outros: .....		
6.5. DESAP (PGM)/ CGPATRI (SMG) Obs. Deverá ser assinalada a interface quando, constatada uma das hipóteses deste subitem, ainda não houver parecer e/ou demarcação nas peças gráficas por SIURB/PROJ. <input type="checkbox"/> Imóvel objeto de desapropriação: incidência de desapropriação ajuizada com ou sem imissão de posse relativa a: <input type="checkbox"/> DIS <input type="checkbox"/> DUP	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

7. PARÂMETROS E EXIGÊNCIAS BÁSICAS DO PDE, DA LOE E DA LPUOS, COM ATENDIMENTO OBRIGATÓRIO		
7.1. <u>Dados gerais</u>		
Área do terreno	Real:	Escritura:
SQL/INCRA envolvido(s)		
Subcategoria(s) de uso		
Zona de uso do Imóvel		
7.2. <u>Índices urbanísticos e parâmetros de ocupação</u>		
	<b>Legislação</b> Quadro 4 anexo à Lei nº 16.402/16 ou Quadro 2 anexo do Decreto nº 57.521/16 (EHIS/EHMP/EZEIS)	<b>Projeto</b>
Área computável		
Área não computável		
Área total		
Coefficiente de aproveitamento		
Área de projeção/ Taxa de ocupação		
Área permeável/Taxa de permeabilidade		
Gabarito		

Altura total (COMAER)		
Recuos frontais		
Recuos laterais de fundos		
Vagas de auto + P.N.E.		
	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
7.2.1. O projeto se utiliza de algum benefício ou exceção relacionados aos índices e parâmetros (gabarito, supressão de recuos, uso incentivado, etc.)? Em caso afirmativo, especificar abaixo:  _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.2.2. Existência de vila ou via sem saída com largura inferior a 10m na quadra (Art. 64 da Lei nº 16.402/16)? Se 'SIM', observa gabarito de: <input type="checkbox"/> 28,00m nas ZEU, ZEUP, ZEM e ZEMP; <input type="checkbox"/> 15,00m nas demais zonas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.2.3. Doação de área para alargamento de calçadas (Art. 67 da Lei nº 16.402/16)?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.2.4. Quota máxima de terreno por unidade - uso residencial (§1º do Art. 79 da Lei nº 16.050/14): Para "Sim" considerar: $N = (CAu \times AT) / (CAmáx \times Q) = \dots\dots\dots$	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.2.5. Quota ambiental (Artigos 74 a 81 e Quadro 3B da Lei nº 16.402/17 e Decreto nº 57.565/16)?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

<b>8. DA OCUPAÇÃO INCENTIVADA OU CONDICIONADA</b>		
	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
8.1. Fruição Pública (Art. 70 da Lei nº 16.402/17): <input type="checkbox"/> Obrigatória: inciso I do Art. 87 da Lei nº 16.402/16 (10.000m <sup>2</sup> < At < 20.000m <sup>2</sup> ) nas ZEU, ZEUa, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP, ZC e ZCa; <input type="checkbox"/> Opcional: Art. 88 da Lei nº 16.402/16 (At < 10.000m <sup>2</sup> ) nas ZEU, ZEUa, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP, ZC e ZCa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.2. Fachada Ativa (Art. 71 da Lei nº 16.402/17): <input type="checkbox"/> Obrigatória: inciso II do Art. 87 da Lei nº 16.402/16 (10.000m <sup>2</sup> < At < 20.000m <sup>2</sup> ) nas ZEU, ZEUa, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP, ZC e ZCa; <input type="checkbox"/> Opcional: para fins de aplicação ao benefício estabelecido pelo inciso VII do Art. 62 da Lei nº 16.402/16.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.3. Benefício para uso nR incentivado nas edificações com uso misto com fachada ativa (para fins de aplicação do inciso VIII do Art. 62 da Lei nº 16.402/16).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.4. O empreendimento está sujeito ao atendimento da cota de solidariedade: <input type="checkbox"/> Atende no próprio lote (§1º do Art. 112 da Lei nº 16.050/14), ou <input type="checkbox"/> Atende uma das alternativas listadas no §3º do Art. 112 da Lei nº	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

16.050/14, regulamentado pelo Decreto nº 56.538/14:

- Produzirá EHIS em outro terreno: necessária apresentação do protocolo do pedido de aprovação do projeto das unidades de HIS em outro imóvel; ou
- Doará terreno de valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor da área total do terreno do empreendimento: necessária apresentação de matrícula do terreno a ser doado; ou
- Depositará no FUNDURB, em sua conta segregada para Habitação de Interesse Social, 10% (dez por cento) do valor da área total do terreno: necessária apresentação do comprovante de depósito de 50% (cinquenta por cento) do valor devido no FUNDURB.

## 9. DECLARAÇÕES

- DECLARO que **não** existem processos em andamento para o(s) imóvel(s) em questão.
- DECLARO que existem os seguintes processos em andamento para o(s) imóvel(s) em questão:

.....  
.....  
.....  
.....  
.....

DECLARO, ainda:

I) Que a competência de análise do projeto protocolado é da Secretaria Municipal de Licenciamento (SEL);

II) Ter ciência de que, no caso em que não for admissível a aplicação do procedimento APROVA RÁPIDO, o pedido prosseguirá pela via ordinária de aprovação de projetos;

III) Serem as informações aqui prestadas verdadeiras.

São Paulo, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Proprietário (ou possuidor)

\_\_\_\_\_  
Responsável técnico pelo projeto  
CREA/CAU nº \_\_\_\_\_